



RIA DE AVEIRO
POLIS LITORAL
REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO
DA ORLA COSTEIRA



Relatório de
Governo
Societário

2017

POLIS LITORAL – RIA DE AVEIRO – SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO
E VALORIZAÇÃO DA RIA DE AVEIRO, S.A. – EM LIQUIDAÇÃO



Versão aprovada em reunião da Comissão Liquidatária de 30 de julho de 2018



Índice

I.	Síntese (Sumário Executivo)	4
II.	Missão, Objetivos e Políticas	5
III.	Estrutura de Capital.....	10
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas	11
V.	Orgãos Sociais e Comissões	12
A.	Modelo de Governo	12
B.	Assembleia Geral	12
C.	Administração e Supervisão	13
D.	Fiscalização.....	19
E.	Revisor Oficial de Contas (ROC)	20
F.	Auditor Externo	21
VI.	Organização Interna	22
A.	Estatutos e Comunicações.....	22
B.	Controlo interno e gestão dos riscos	23
C.	Regulamentos e Códigos	28
D.	Deveres especiais de informação.....	32
E.	Sítio de internet	33
F.	Prestação de Serviço Público ou de interesse geral.....	34
VII.	Remunerações	35
A.	Competência para a determinação	35
B.	Comissão de fixação de remunerações	36



C.	Estrutura das Remunerações	36
D.	Divulgação das Remunerações	36
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras.....	38
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económicos, social e ambiental	39
X.	Avaliação do Governo Societário	46
XI.	Anexos do RGS	
	Anexo 1 – Certidão de ata de reunião da Comissão Liquidatária sobre aprovação do RGS2017 (30.07.2018)	
	Anexo 2 – Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE	
	Anexo 3 – Declarações a que se refere o artigo 52.º do RJSPE	
	Anexo 4 – Ata da reunião da Assembleia Geral que contempla a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2016	
	Anexo 5 – Grelha de Validação: Avaliação do Governo Societário	



I. SÍNTESE (SUMÁRIO EXECUTIVO)

O setor empresarial do Estado (SEE) representa uma parte importante da atividade económica nacional e desempenha um importante papel económico e social, dada a sua atuação setorial e geográfica.

Nos termos do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro de 2013, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 191, e que se refere ao Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado (RJSEE), as empresas públicas deverão apresentar anualmente relatórios de boas práticas de governo societário.

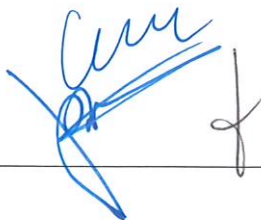
Assim, o presente Relatório de Governo Societário da Polis Litoral – Ria de Aveiro, S.A. – em Liquidação (Sociedade) decorre de, em 7 de fevereiro de 2018, a Direção-Geral de Tesouro e Finanças através do ofício circular n.º 588 (Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2017), ter dado nota do enquadramento a observar no processo de prestação de contas de 2017 e do relatório de boas práticas de governo societário.

Nesta sequência, e seguidamente, a Sociedade apresenta o seu Relatório de Governo Societário 2017, o qual foi preparado tendo por base o Manual para a elaboração do Relatório de Governo Societário 2017, disponibilizado pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

É hoje claro que o bom governo das empresas tem um valor económico e social fundamental, quer para as próprias empresas, quer para as economias em que estas se inserem.

É com este enquadramento, precedido do correspondente juízo de valor sobre a sua adequabilidade em função da dimensão da Sociedade e das suas demais características, que reportamos sobre o Governo desta Sociedade.

O site da Sociedade, que se encontrava inoperacional em 2016, foi reativado em 2017, dando assim cumprimento às observações emitidas no relatório de análise da UTAM nº 114/2017, no que respeita ao Relatório do Governo Societário de 2016.



II. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa

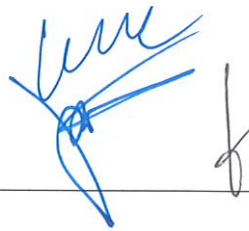
A Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A. – em Liquidação (Sociedade) tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria de Aveiro, no âmbito da operação integrada do Polis Litoral Ria de Aveiro, na área e nos termos definidos no Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro (PEIRVRA), aprovado pelos acionistas em 4 de Novembro de 2010, atualmente promovida pelo Ministério do Ambiente, que envolve o desenvolvimento de ações estruturantes em matéria de requalificação e valorização e ambiental tendo como objetivos:

- Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável;
- Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas de riscos naturais;
- Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural;
- Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, através da valorização das atividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais,

definidos e enquadrados através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de junho.

Esta é a missão que a Sociedade prossegue e que lhe foi atribuída pelo Decreto-lei nº 11/2009, publicado em 12 de janeiro, que a constituiu.

O Capital Social da Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. – em Liquidação, sociedade de capitais exclusivamente públicos é de 30.700.000,00 €, subscrito pelos seus Acionistas, o Estado Português e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, respetivamente com 56% (17.192.000,00 €) e 44% (13.508.000,00 €).



2. Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida

a) Objetivos e Resultados definidos pelos acionistas

Em prossecução da sua missão e dos seus objetivos, a Sociedade tem desenvolvido um conjunto de diversas ações enquadradas no seu Plano Estratégico (PEIRVRA) e mais concretamente no seu Plano de Liquidação, que se encontram melhor detalhadas no ponto 5.3 do Capítulo 5. Relatório e Contas 2017 e que a seguir se reportam.

No ano de 2017 foram iniciadas as 4 empreitadas previstas: 3ª fase do Reforço do Cordão Dunar, entre Ílhavo e Mira; Desassoreamento da Barrinha de Mira; Via Ciclável como Forma de Vivência da Ria e Núcleos Piscatórios Lagunares em Ovar: Cais da Tijosa e Cais do Torrão. Foi também o ano em que foi resolvido o contrato da empreitada da Barrinha de Esmoriz, dada a reiterada incapacidade do empreiteiro (ABB) para executar os trabalhos de dragagem e aplicadas multas, que ascenderam a 20% do valor do contrato. Assim, não foi possível concluir esta empreitada durante o ano de 2017, tendo-se iniciado a preparação de novo concurso de empreitadas para os trabalhos que ficaram por executar (dragagem).

No que respeita à empreitada da “Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto”, não foi possível iniciar em 2017, decorrente da fase do processo de concurso, nomeadamente pelo concurso lançado no final de 2016 ter sido anulado, por terem sido excluídas as propostas. Nesse sentido foi lançado novo concurso em março de 2017, que sofreu também atrasos durante o procedimento contratual, tendo sido emitido o visto de Tribunal de Contas no final do ano.

Relativamente à ação “Pateira de Fermentelos – percursos (Aveiro e Oliveira do Bairro) foi necessário reformular o projeto e aguardar pelos pareceres dos Municípios, para preparação do processo de concurso da empreitada.

O ano 2017 foi o ano em que houve um avanço significativo com o procedimento de AIA no Projeto de Transposição de Sedimentos para Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro (também designado por Desassoreamento na Ria de Aveiro), na medida em que foi concluído o projeto de execução e respetivo RECAPE e emitida a DCAPE e o TUA no que respeita ao Canal de Mira, após a elaboração de inúmeros estudos complementares exigidos na DIA. Nos restantes canais foi concluído no 4º trimestre o projeto de execução e respetivo RECAPE, aguardando-se no final de 2017 o respetivo licenciamento da APA.



Na universalidade os grandes objetivos da gestão da Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. são:

- a obtenção de máximos resultados com mínimo de afetação de recursos humanos, materiais e financeiros aumentando assim a eficiência;
- o aperfeiçoamento humano e social;
- a divulgação de informação pela Sociedade,
- o cumprimento das ações previstas no Plano de Liquidação (apesar deste plano não ter sido ainda aprovado pelos acionistas).

b) Grau de cumprimento dos objetivos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar

Os objetivos da Sociedade mais não são que a implementação do Programa Polis Litoral para a Ria de Aveiro conforme definido no seu PEIRVRA, ajustado anualmente, por vontade dos acionistas, no âmbito do PAO. Já quanto ao grau de cumprimento daqueles temos que, em sede de Relatório e Contas 2017, foi observado que para o ano de 2017 foram cumpridas as metas fixadas inicialmente, ainda que com os condicionamentos abaixo expostos, com a Sociedade a desenvolver as atividades relacionadas com o seu funcionamento orgânico, nomeadamente estrutura (instalações e funcionamento administrativo), gestão e atividades diretamente relacionadas com a elaboração de Planos, Estudos, Projetos e execução de Empreitadas.

Já no que se refere às políticas e orientações estratégicas, a Comissão Liquidatária, no âmbito das suas funções de gestão tem:

- Observado as metas, obrigações e responsabilidades estabelecidas no PEIRVRA (e em particular no Plano de Liquidação, ainda que não tenha sido ainda aprovado pelos acionistas), garantindo o cumprimento dos objetivos de gestão e desempenho definidos pelos acionistas;
- Promovido a sustentabilidade económica, financeira e social, através de uma gestão rigorosa e eficaz, assegurando a utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social e cumprindo com rigor as tarefas que lhe estão cometidas em termos de qualidade, eficiência produtiva e capaz utilização dos recursos disponíveis;



- Cumprido a legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente no garante dos princípios da legalidade e da prossecução do interesse público, da transparência e da publicidade, da igualdade, da concorrência e da imparcialidade;
- Melhorado a gestão das atividades da empresa, segundo princípios de desenvolvimento sustentável, nas vertentes económicas, social e ambiental;
- Informado e divulgado as atividades desenvolvidas de acordo com o normativo legal e orientações dos acionistas.

Os objetivos definidos no Plano de Liquidação – versão revista I, para esse ano, consideram-se cumpridos, dado que esta versão do plano foi já elaborada em 2018.

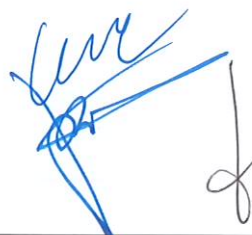
3. Indicação de fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da entidade

Verifica-se a existência de condicionantes ao desenvolvimento da atividade da Sociedade, no entanto prevê-se que seja possível a Sociedade concluir as ações previstas no Plano de Liquidação, já durante a fase de liquidação.

Relativamente aos constrangimentos que poderão ocorrer na fase de liquidação dizem respeito a eventuais atrasos:

- no encerramento dos contratos, nomeadamente na conclusão das empreitadas;
- na transferência do capital social pelo acionista CIRA, bem como dos municípios Mira e Espinho, no âmbito dos protocolos celebrados;
- no encerramento das candidaturas ao POSEUR;
- na decisão dos tribunais relativamente aos processos judiciais;
- na transferência da empreitada “Transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico, na Ria de Aveiro” para a APA (ou CIRA) e correspondentes obrigações decorrentes, como seja a transferência do capital social correspondente, a cessão da posição contratual da respetiva candidatura ao POSEUR, bem como do protocolo celebrado com a Águas do Centro Litoral, para pagamento dos trabalhos de rebaixamento da conduta.

pelo que é de salientar que desde o início da Intervenção até este momento se verificaram diversos factos/condicionalismos que se traduziram em alterações de circunstâncias com reflexos no planeamento inicialmente definido, abrangendo aspetos relacionados, quer com a execução física quer com a execução



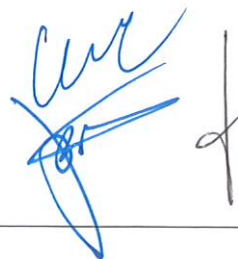
financeira da mesma, tendo vindo a adaptar-se a programação física e financeira da intervenção a estas realidades.

4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais

A Polis Litoral Ria da Aveiro tem implementado as ações previstas no Programa, conforme definido no seu Plano Estratégico, ajustado anualmente, por vontade dos Acionistas, inicialmente no âmbito do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) e posteriormente no Plano de Liquidação (PL), tendo demonstrado o cumprimento daquelas, em sede de R&C, que tem sido aprovado anualmente em Assembleia Geral, verificando-se que atua em conformidade com as orientações definidas.

Mantiveram-se ainda os condicionamentos no que refere à realização do investimento, os quais foram cumpridos, destacando-se:

- as orientações do acionista Estado na Assembleia Geral da Sociedade de 4 de novembro de 2010, quanto à necessidade de dispor, previamente à adjudicação de qualquer despesa de investimento, do respetivo financiamento aprovado;
- o ponto 6 do Despacho de 28 de abril de 2011 do Sr. Ministro do Estado e das Finanças, quanto à necessidade de autorização prévia da Assembleia Geral da Sociedade para lançamento de qualquer investimento de valor superior a 5% do Capital Social, ou seja, superior a 1.535.000 Euros, no caso desta Sociedade.



III. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Estrutura de Capital

O Capital Social da Polis Litoral Ria de Aveiro, sociedade de capitais exclusivamente públicos é de 30.700.000€, subscrito pelos seus Acionistas, o Estado Português e a CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, detendo cada um dos acionistas, 56% e 44 % do Capital Social, respetivamente.

As ações são ordinárias nominativas com o valor de 1.000€ cada, sendo que o Estado Português detém 17.192 ações e a CIRA 13.508 ações.

No final do período de 2017, a realização do capital social era a seguinte:

- Estado Português: 17.192.000€ (56%)
- CIRA: 6.197.912,19€ (20,19%)

2. Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações

A titularidade e/ou transmissão de ações, de acordo com os estatutos da Sociedade expressos no DL nº 11/2009, de 12 de janeiro, estabelece no número 2, do Art.º 5, que *“o Capital Social pode ser aumentado por subscrição a realizar em dinheiro ou em espécie, por uma ou mais vezes, mediante deliberação dos acionistas a tomar em assembleia geral a convocar para o efeito, podendo delegar no Conselho de Administração a definição dos termos precisos em que a mesma deva ocorrer”*, pelo que se considera não existirem limitações ao aumento de capital.

A Sociedade tem, também, estabelecido nesses mesmos estatutos, um direito de preferência aplicável às alienações de ações por parte dos atuais acionistas, conforme expresso no número 1, do Art.º 7, no qual é definido que os acionistas têm direito de preferência na alienação de ações a título oneroso.

Será de referir que as aquisições e alienações de participações regem-se ainda pelo art.º 11 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro – Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e carecem de autorização dos membros do governo das áreas das finanças e do setor de atividade.

Nesta Sociedade nunca houve transmissibilidade de ações, mantendo-se a titularidade das ações dos acionistas acima referidos.

3. Acordos parassociais

Não se conhecem quaisquer acordos parassociais entre os acionistas da Sociedade que possam conduzir a eventuais restrições.



IV. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

1. Identificação das pessoas singulares (membros dos órgãos sociais) e/ou coletivas (entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e votos

Os membros dos órgãos sociais da Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. – em Liquidação não têm tido qualquer intervenção em decisões que envolvem os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

Neste domínio será de salientar que, em relação à Comissão Liquidatária, estas ações não se colocaram até porque as suas deliberações são sempre proferidas “em colégio”.

Os Liquidatários da Sociedade não têm quaisquer participações patrimoniais na mesma, bem como não mantêm relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Assim, salienta-se que não existem na Sociedade pessoas singulares ou pessoas coletivas que, direta ou indiretamente, sejam titulares de participações noutras entidades.

2. Aquisição e alienações de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional

A Sociedade não teve qualquer aquisição e alienação de participações sociais, bem como participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.

3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e fiscalização

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detêm quaisquer ações e obrigações da Sociedade.

4. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade

Não existem quaisquer relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.



V. ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A. Modelo de Governo

O modelo de governo adotado pela Sociedade é o modelo clássico, composto pelo Conselho de Administração (atualmente Comissão Liquidatária), Assembleia Geral e Fiscal Único, constituindo estes os seus órgãos sociais de acordo com o previsto nos estatutos que integram o anexo do Decreto-Lei n.º 11/2009 que constitui a Sociedade. Em 20 de abril de 2017, em Assembleia Geral, foi reconhecida a dissolução da Sociedade, reportada a 31 de dezembro de 2016, e a sua imediata entrada em liquidação.

Na mesma Assembleia Geral foram nomeados os membros da Comissão Liquidatária, mantendo-se os membros do Conselho de Administração como Liquidatários.

A Sociedade integra ainda um Conselho Consultivo, com funções, como o nome indica, meramente consultivas.

B. Assembleia Geral

1. Composição da mesa da Assembleia Geral, mandato e remuneração

A Mesa da Assembleia Geral da Sociedade tem a seguinte composição:

- Presidente: Manuel António Cotão de Assunção;
- Secretário: Anabela Antunes Rodrigues.

Os membros da mesa da Assembleia Geral não têm remuneração fixa mensal, mas auferem senhas de presença.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual (2017) (€)			
			Bruta (1)	Redução remuneratória (2)	Reversão remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
2016-2018	Presidente	Professor Doutor Manuel António Cotão de Assunção	300,00 €	-----	-----	300,00 €
2016-2018	Secretário	Dra. Anabela Antunes Rodrigues	0,00 €	-----	-----	0,00 €
						300,00 €



2. Identificação das deliberações acionistas

Nos termos do artigo 9º dos Estatutos da Sociedade a Assembleia Geral é formada pelos acionistas com direito a, pelo menos, um voto. A cada 100 ações corresponde um voto.

Ainda nos termos do artigo 10º dos Estatutos compete à assembleia geral:

- a) Aprovar o plano estratégico da Polis Litoral Ria de Aveiro — Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro;
- b) Aprovar o plano de actividades, anual e plurianual;
- c) Aprovar o orçamento e acompanhar a sua execução;
- d) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- e) Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados;
- f) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 20 % do seu capital social;
- g) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade;
- h) Eleger os titulares dos órgãos sociais;
- i) Deliberar sobre as alterações aos Estatutos;
- j) Deliberar sobre as remunerações dos membros dos corpos sociais;
- a) Deliberar sobre qualquer outro assunto para que tenha sido convocada.

As deliberações são tomadas por maioria de votos expressos em assembleia geral, com exceção das deliberações para as quais a lei exija maioria qualificada.

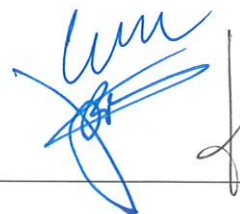
C. Administração e Supervisão

1. Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros

De acordo com os estatutos da Sociedade o conselho de administração é escolhido pela assembleia geral, tendo o mandato dos membros do conselho de administração a duração de três anos, renovável nos termos da legislação aplicável. Os estatutos não preveem nenhum procedimento específico quanto à substituição dos membros do conselho de administração, pelo que se aplica as regras do Código das Sociedades Comerciais.

2. Composição, duração do mandato, número de membros efetivos

Os atuais Liquidatários, abaixo identificados, foram eleitos até à data prevista de liquidação da Sociedade – 31 de dezembro de 2018, na reunião da Assembleia-Geral de 20 de abril de 2017.



Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
2017-2018	Presidente	Eng.ª Celina Isabel Silva Ramos Carvalho	AG	20/04/2017	Agência Portuguesa do Ambiente, IP	O
2017-2018	Vogal	Eng.º José Agostinho Ribau Esteves	AG	20/04/2017	Município de Aveiro	O
2017-2018	Vogal	Dr. João Carlos Gomes Belo Farinha	AG	20/04/2017	ICNF, IP	O

3. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração

Os membros da Comissão Liquidatária são não executivos.

4. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros

Os elementos curriculares mais relevantes de cada elemento da Comissão Liquidatária são os seguintes:

Presidente CL – Celina Isabel Silva Ramos Carvalho

Data de Nascimento: 20/01/1965

Habilitações Académicas

Mestre em Engenharia Civil na área de especialização de Hidráulica e Recursos Hídricos - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Licenciada em Engenharia Civil - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Atividade Profissional

Presidente da Comissão Liquidatária da Sociedade Polis Litoral da Ria de Aveiro, S.A. – em Liquidatária

Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Polis Litoral da Ria de Aveiro, S.A.

Diretora Regional da Administração de Região Hidrográfica do Centro

Vogal da CL – José Agostinho Ribau Esteves

Data de Nascimento: 21/10/1966

Habilitações Académicas



Licenciatura em Engenharia Zootécnica – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Atividade Profissional

Presidente da Câmara Municipal de Aveiro (desde 2013);

Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo (1998-2013);

Presidente do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro;

Membro do Conselho Directivo da ANMP;

Presidente da Secção de Municípios com Actividades Piscatórias e Portos da ANMP;

Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Confraria Gastronómica do Bacalhau.

Secretário da Mesa da Associação Europeia de Municipalidades com Marinas / Portos de Recreio

Direcção da ERT-CP – Entidade Regional de Turismo – Centro de Portugal

Vogal do Conselho de Administração da Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A.

Vogal da Comissão Liquidatária da Sociedade Polis Litoral da Ria de Aveiro, S.A. – em Liquidação

Vogal da CL – João Carlos Gomes Belo Farinha

Data de Nascimento: 22/11/1961

Habilitações Académicas

Licenciatura em Recursos Faunísticos e Ambiente (Biologia), concluída a 19 de Setembro de 1988, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Licenciatura em Antropologia;

Curso de especialização do Mestrado em Gestão de Recursos Biológicos, pela Universidade de Évora.

Atividade Profissional

Chefe de Divisão do Gabinete de Valorização de Áreas Classificadas e Comunicação (GVACC), do ICNF, I.P.

Diretor do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas Zonas Húmidas, do ICNB, IP;

Vogal do Conselho de Administração da Fundação de Valorização Ambiental das Salinas do Samouco;

Vogal do Conselho de Administração da Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A.

Vogal da Comissão Liquidatária da Sociedade Polis Litoral da Ria de Aveiro, S.A. – em Liquidação

5. Apresentação de declaração de cada um dos membros do órgão de administração sobre participações patrimoniais

Os membros do Conselho de Administração (atualmente Comissão Liquidatária) apresentaram, no início do seu mandato, declaração que não detêm quaisquer participações patrimoniais na empresa, nem mantêm quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer



outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, nos termos do artigo 52º do RJSPE. (ver anexo 3)

6. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros com acionistas

Os membros da Comissão Liquidatária não têm relações familiares, profissionais ou comerciais com os acionistas, com exceção do vogal da Comissão Liquidatária, Engº Ribau Esteves, que representa também o acionista minoritário CIRA.

7. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais

As competências atribuídas aos vários órgãos sociais são as que constam do Decreto-Lei n.º 11/2009 que constituiu a Sociedade não se tendo produzido, até ao momento, qualquer alteração das mesmas nem alterado o Organograma daí resultante.

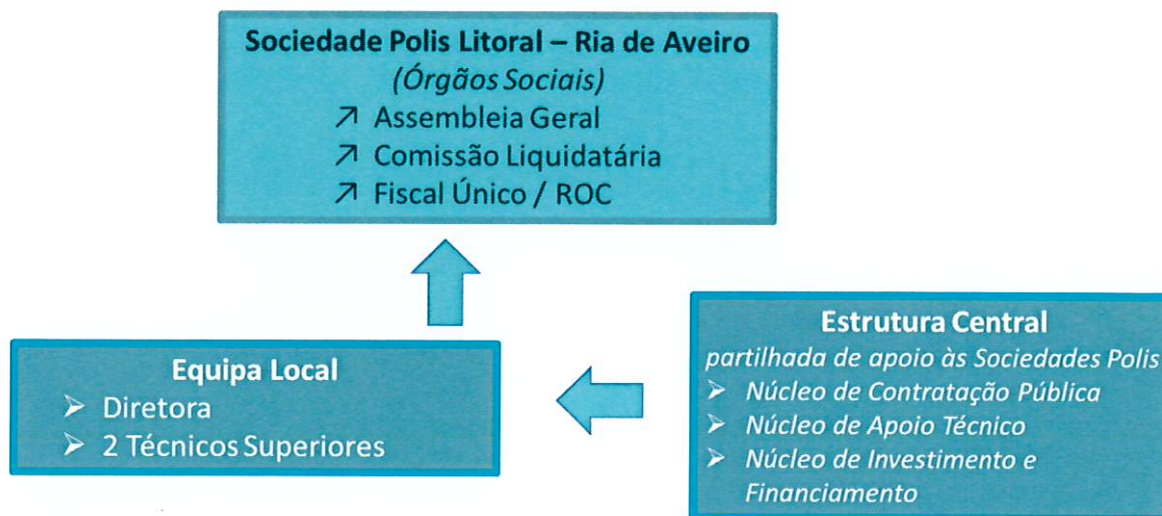
Não existe delegação de competências atribuída a nenhum dos membros dos Órgãos Sociais da Sociedade.

A Sociedade tinha até 31 de março de 2016 um contrato de prestação de serviços com a Parque Expo 98, S.A. para a direção, coordenação geral da intervenção na Ria de Aveiro, funcionando em articulação direta com o Conselho de Administração.

A partir dessa data, contratou diretamente os técnicos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos - 3 para a equipa local e 2 para a equipa central de serviços partilhados com as restantes Sociedades Polis Litoral. Estes técnicos, com o apoio da equipa central, têm vindo a assegurar o normal desenvolvimento dos trabalhos.

Em outubro de 2017, a Assessora dos Órgãos Sociais pediu dispensa de funções, para ocupar o cargo de vereadora na Câmara Municipal de Aveiro, pelo período de tempo correspondente à duração do mandato.

Organização da Estrutura (a partir de 1 de janeiro 2017)



8. Funcionamento da Comissão Liquidatária

Esta Sociedade, por força dos seus estatutos, não tem Conselho Geral e de Supervisão, nem Conselho de Administração Executivo.

- a) A Comissão Liquidatária toma as deliberações, em colégio, em reuniões, tendo sido realizadas 10 em 2017, às quais compareceram todos os membros da Comissão Liquidatária, conforme indicado no quadro abaixo:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Presença nas reuniões realizadas em 2017
			Forma	Data	
2017-2018	Presidente	Eng. ^a Celina Isabel Silva Ramos Carvalho	AG	20/04/2017	10/10
2017-2018	Vogal	Eng.º José Agostinho Ribau Esteves	AG	20/04/2017	10/10
2017-2018	Vogal	Dr. João Carlos Gomes Belo Farinha	AG	20/04/2017	10/10

- b) Os membros da Comissão Liquidatária, por terem sido nomeados por inerência, exercem funções no seu local de origem, a saber:
- A Presidente Celina Ramos Carvalho exerce funções como Diretora Regional da Administração da Região Hidrográfica do Centro – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., conforme Despacho n.º 2051/2015 - Diário da República n.º 40/2015, Série II de 2015-02-26 e Aviso n.º 6001/2018 - Diário da República n.º 88/2018, Série II de 2018-05-08;
 - O Vogal José Ribau Esteves exerce funções como Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro;
 - O Vogal João Carlos Farinha exerce funções como Chefe da Divisão de Valorização de Áreas Classificadas e Comunicação (DVACC), do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P..

Membro da CL	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Eng.ª Celina Isabel Silva Ramos Carvalho	Agência Portuguesa do Ambiente, IP	Diretora Regional	Público
Eng.º José Agostinho Ribau Esteves	Município de Aveiro	Presidente da Câmara	Público
Dr. João Carlos Gomes Belo Farinha	ICNF, IP	Chefe de Divisão do Gabinete de Valorização de Áreas Classificadas e Comunicação (GVACC)	Público

- c) Tratando-se de Administradores não executivos, a sua avaliação do desempenho tem sido efetuada de acordo com a versão atualizada do DL n.º 71/2007, de 27 de março – Estatuto do Gestor Público – conforme definido no ponto n.º 3, do art.º 6º, no qual se indica que a avaliação de desempenho é efetuada por proposta do acionista maioritário formulada em assembleia geral. Por outro lado, o órgão de fiscalização, segundo o DL n.º 133/2013, de 3 de outubro – Regime Jurídico do Setor Público Empresarial – valida o cumprimento das exigências relativas ao relatório de boas práticas do governo societário, conforme ponto 2 do art.º 54.

A Sociedade integra ainda um Conselho Consultivo, com funções, como o nome indica, meramente consultivas, que atua nos termos do artº 19º do DL nº 11/2009, de 12 de janeiro.

- d) Não existem comissões que incluam ou tenham a participação de elementos do órgão de administração.

D. Fiscalização

1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros efetivos e suplente

A fiscalização da Sociedade é exercida pelo Fiscal Único, que exerce também a função de Revisor Oficial de Contas (ROC) e cujo cargo é eleito em assembleia geral.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Mensal Fixado (€)*
			Forma	Data	
2016-2018	Efetivo	CFA - Cravo, Fortes, Antão e Associados, SROC, Lda.	AG	30/12/2015	950,00€
2016-2018	Suplente	Armando Jorge de Almeida Tavares	DSUE	09/08/2016	-

* A estes valores acresce o IVA a 23%

Nota: Na Assembleia Geral de reconhecimento da dissolução da Sociedade (20-4-2017) apenas foram reeleitos os Liquidatários. Assume-se, portanto, que se mantiveram os restantes órgãos sociais até ao final da liquidação, ou seja, o Fiscal Único e a Mesa da Assembleia Geral, razão pela qual se assumiu que o mandato de 2016-2018 para todos os órgãos sociais.

2. Identificação dos membros do Conselho Fiscal

O Fiscal Único é exercido pela CFA – Cravo, Fortes, Antão e Associados, SROC, Lda. representada pelo Dr. Avelino Azevedo Antão.

3. Elementos curriculares relevantes de cada um dos seus membros

Fiscal Único – Representante: Avelino Azevedo Antão

Data de Nascimento: 11/04/1957

Habilitações Académicas:

Mestrado em Contabilidade e Finanças Empresariais (Universidade Aberta)

Pós-Graduação Avançada em Direito Fiscal: Estratégias de Planeamento Fiscal (Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

Pós-Graduação Avançada em Direito Fiscal: Tributação dos Instrumentos Financeiros e das Operações de Financiamento Empresarial (Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)



Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças Empresariais (Universidade Aberta)

Atividade Profissional

Técnico Oficial de Contas e Revisor Oficial de Contas

Membro do Conselho Superior da Ordem dos Contabilistas Certificados

Membro da Comissão de Revisão da Tradução das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Professor Adjunto de Fiscalidade do quadro do Instituto Superior de Contabilidade e Administração e do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro

Membro Efetivo da Comissão de Normalização Contabilística

Diretor Adjunto da Revista Científica de Contabilidade e Gestão

Membro do Gabinete de Estudos da Ordem dos Contabilistas Certificados.

4. Funcionamento do Conselho Fiscal

Não aplicável, dado que a Sociedade possui Fiscal Único.

E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. Identificação do ROC / SROC

O Revisor Oficial de Contas corresponde ao Fiscal Único nomeado em assembleia geral de 30 de dezembro de 2015 – CFA - Cravo, Fortes, Antão & Assoc. SROC, Lda. representada pelo Dr. Avelino Azevedo Antão, ROC nº 589. O ROC exerce funções da Sociedade desde 2009, tendo sido nomeado para o triénio 2009-2011 e 2013-2015, tendo ainda assumido o ano 2012. Em 30 de dezembro de 2015, em Assembleia-Geral, o prazo de duração da Sociedade foi prorrogado até 31 de dezembro de 2016, tendo sido eleito novamente até à nova data de dissolução da Sociedade - 31 de dezembro de 2016.

Na Assembleia Geral de reconhecimento da dissolução da Sociedade (20 de abril de 2017) apenas foram reeleitos os Liquidatários. Assume-se, portanto, que se mantiveram os restantes órgãos sociais até ao final da liquidação, ou seja, o Fiscal Único e a Mesa da Assembleia Geral, razão pela qual se assumiu que o mandato de 2016-2018 para todos os órgãos sociais.

2. Indicação das limitações legais

Não aplicável.



3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da Sociedade

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na Entidade
		Nome	N.º Inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma	Data	Contratada		
2016-2018	Efetivo	CFA - Cravo, Fortes, Antão e Associados, SROC, Lda.	87	2977	AG	30-12-2015	Sim	n/a	9
2016-2018	Suplente	Armando Jorge de Almeida Tavares	1495		DSUE	09-08-2016		n/a	0

Nota: Na Assembleia Geral de reconhecimento da dissolução da Sociedade (20-4-2017) apenas foram reeleitos os Liquidatários. Assume-se, portanto, que se mantiveram os restantes órgãos sociais até ao final da liquidação, ou seja, o Fiscal Único e a Mesa da Assembleia Geral, razão pela qual se assumiu que o mandato de 2016-2018 para todos os órgãos sociais.

Nome	Remuneração Anual (2017) (€)			
	Bruta (1)	Redução remuneratória (2)	Reversão remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
CFA - Cravo, Fortes, Antão e Associados, SROC, Lda.	11.400,00 €	912,00 €	- €	10.488,00 €
Armando Jorge de Almeida Tavares	-€	- €	- €	- €
	11.400,00 €	912,00 €	- €	10.488,00 €

A estes valores acresce o IVA a 23%

4. Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à Sociedade

No decurso do ano de 2017, o Revisor Oficial de Contas não prestou qualquer outro serviço à Sociedade.

F. Auditor Externo

A Sociedade, por força dos seus estatutos, não possui auditor externo.

VI. ORGANIZAÇÃO INTERNA

A. Estatutos e Comunicações

1. Alteração dos estatutos da Sociedade – Regras aplicáveis

Os estatutos da sociedade encontram-se publicados no anexo do Decreto-Lei n.º 11/2009, de 12 de janeiro, que constitui a Sociedade, tendo sido feitas as seguintes alterações, que constam da certidão permanente:

- Alterado o artº 2º - Sede: a sede social foi deslocada para o Parque de Exposições de Aveiro, Rua D. Manuel de Almeida Trindade – 3810-488 Aveiro
- Alterado o artº 3º - Duração: prorrogada a data de dissolução da Sociedade até 31 de dezembro de 2016, tendo ficado definido que o prazo para a liquidação era de 2 anos a contar de 31 de dezembro de 2016.

Os estatutos podem ser alterados mediante deliberação da Assembleia Geral, nos termos da alínea i) do artigo 10º do referido decreto lei de constituição da Sociedade. Os Estatutos da Sociedade Polis não preveem regras especiais aplicáveis à sua alteração, aplicando-se, assim, as regras gerais previstas no Código das Sociedades Comerciais.

2. Comunicação de irregularidades

A comunicação de irregularidades apresentada por acionistas, Comissão Liquidatária, colaboradores da Sociedade e outros, de modo a assegurar a necessária independência destes procedimentos, pode ser efetuada de várias formas, nomeadamente:

- diretamente à Tutela ou ao Ministério das Finanças, no caso dos acionistas,
- aos acionistas, no caso da Comissão Liquidatária ou do Fiscal Único;
- à Comissão Liquidatária, no caso de colaboradores (via email ou carta) ou de outros (via email, carta, site ou facebook).

A Sociedade é regida por um Código de Ética e de Conduta e por um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Ainda, e por forma a detetar situações potenciadoras de conflito de interesses, todos os colaboradores, incluindo a Comissão Liquidatária, são obrigados a declarar todas as situações em que os seus interesses pessoais ou familiares, ou de terceiros com os quais se relacione, colidam com os interesses da Empresa,



incluindo a proibição do exercício de atividades externas que possam interferir com o desempenho das suas funções na sociedade, assim como todas as ofertas recebidas que possam ser consideradas como uma tentativa de influenciar as decisões da Empresa.

No decurso do ano de 2017 não ocorreram quaisquer irregularidades. Até à presente data, e após a devida análise e tramitação, não foi verificada pelos órgãos competentes qualquer situação que consubstanciasse uma ocorrência de fraude, pelo que não se procedeu à elaboração de nenhum Relatório Identificativo de Ocorrências.

3. Indicação de políticas antifraude

A Sociedade elaborou um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em maio de 2013, com base nas recomendações emitidas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), o qual se encontra publicitado no site da Sociedade:

➤ <http://www.polisriadeaveiro.pt/docs/281715N15720142927879060.pdf>

A Sociedade pauta toda a sua atividade no estrito cumprimento da legislação e regulamentos em vigor, e dos Princípios de Bom Governo e das Empresas do Setor Empresarial do Estado, com o objetivo de assegurar a melhoria e transparência do governo societário.

As medidas de controlo de irregularidades ocorridas na Sociedade estão definidas no referido Plano.

B. Controlo interno e gestão dos riscos

- 1) A Sociedade tem um sistema de controlo adequado à sua dimensão e complexidade de modo a proteger os seus investimentos e ativos. Este sistema, exercido pela sociedade e que respeita o seu organograma, garante que não só são seguidas todas as regras da Contratação Pública como se observa um conjunto de normas e procedimentos, internos a esta entidade, que garantem na generalidade a gestão da qualidade em várias matérias entre as quais se destacam as de controlo orçamental e de despesa. Desta forma a Sociedade atua com pleno conhecimento dos riscos relevantes assumidos, monitorizando-os e controlando-os.
- 2) O Fiscal Único, Revisor Oficial da Sociedade, eleito pelos acionistas, tem poderes para o exercício da vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstas, emitindo pareceres sobre as contas da sociedade e alertando a Comissão Liquidatária para qualquer assunto que deva ser ponderado a pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida por aquele órgão.



Verifica-se a existência de múltiplas condicionantes ao desenvolvimento da atividade da Sociedade o que irá interferir na concretização da intervenção.

Será de observar que a criação da Sociedade tem como objeto a realização de um investimento que, de acordo com o Plano de Liquidação, se estima em 70,7 milhões de euros. Nesta sequência, a Sociedade não tem contratada nenhuma ação, cujo respetivo financiamento não esteja previamente assegurado, pelo que se considera que o risco financeiro é relativamente baixo.

- 3) Assinalam-se que, em matéria de gestão de risco financeiro a Sociedade, por via da sua Comissão Liquidatária, tem prosseguido o objetivo de “garantir” atempadamente as fontes de financiamento, através da realização proativa de variadas ações, quer de sensibilização dos agentes diretamente envolvidos quer de insistência junto das tutelas respetivas.
- 4) Não existem outros órgãos ou comissões da atividade com relações de dependência hierárquicas e/ou funcional relativamente aos órgãos sociais.
- 5) Não existem outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.
- 6) Os principais riscos desta Sociedade dizem respeito à contratação pública e à gestão financeira, conforme a seguir se apresenta:

Na Contratação Pública:

Os colaboradores da Sociedade elaboram as consultas, procedimentos concursais e contratos, cabendo, contudo, ao Conselho de Administração / Comissão Liquidatária a decisão de contratar, aprovar o lançamento e peças dos procedimentos, bem como, a nomeação do júri do concurso, pelo que, existe uma visualização pormenorizada, análise rigorosa e aprovação, ao trabalho apresentado e executado. Estas comunicações são sempre efetuadas por escrito em documentos próprios para o efeito. Todo o processo de contratação pública é submetido na BaseGov. No caso de contratos sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, há ainda uma verificação da conformidade da contratação. Por último, os maiores projetos executados / a executar por esta Sociedade são pagos por fundos comunitários, onde é efetuada uma verificação rigorosa a todo o procedimento de contratação pública.

Na Gestão Financeira:

Existe uma equipa de trabalho que elabora rigorosamente um plano orçamental anual com todas as despesas inerentes à intervenção e respetivas rubricas orçamentais, que tem por base um planeamento, estratégia e rigor.



O pagamento de despesas só é efetuado após a validação dos técnicos responsáveis envolvidos e do Conselho de Administração / Comissão Liquidatária, todas as despesas são cabimentadas e comprometidas, toda a despesa é objeto de procedimentos de validação orçamental e financeira previamente à sua aprovação/concretização, existem em conta critérios rigorosos, eficazes e eficientes na gestão de tesouraria, de forma a maximizar a utilização dos recursos financeiros. Todos estes planos, relatórios, despesas são analisados, validados e aprovados pelo Conselho de Administração / Comissão Liquidatária da Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro. Estas comunicações são sempre efetuadas por escrito em documentos próprios para o efeito.

No limiar e em caso de dúvida, existe ainda, um trabalho de articulação entre o TOC e o ROC da PLRA que verificam ao pormenor todos os documentos e movimentos financeiros que são alusivos a esta Sociedade.

- 7) Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.

Existem medidas de controlo interno e externo que permitem a verificação, deteção de ocorrência ou não, de irregularidades, a nível interno: a existência de um órgão de fiscalização; a adoção de um Código de Ética e de Conduta, que constitui um instrumento fundamental na definição normativa que deve ser respeitada por toda a estrutura da organização da empresa, nos diversos níveis que a integram, constituindo em simultâneo o patamar de exigência perante fornecedores e prestadores de serviços nas suas relações com a PLRA, incentivo e promoção de relações de confiança e documentação de todas as despesas e receitas. Ao nível externo: a PLRA presta informação sistemática por escrito ou em plataformas eletrónicas, aos organismos tutelares e outras entidades e está sujeita a auditorias e inspeções externas, nomeadamente aos seguintes organismos:

- MF/DGTF – através da plataforma SIRIEF
- Instituto Nacional de Estatística
- Tribunal de Contas
- Direção Geral do Orçamento
- Inspeção Geral de Finanças
- IGAOT
- Autoridade para as Condições do Trabalho



8) Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

Atendendo à fase em que se encontra a Sociedade e à reduzida dimensão da estrutura humana entendeu-se não se justificar a implementação de um sistema de controlo e de gestão de riscos.

No que diz respeito ao processo de divulgação de informação financeira, o técnico oficial de contas tem um papel determinante, assim como na regulação e auditoria dos procedimentos.

No site da Sociedade, e para além dos links do Princípios de Bom Governo, toda a informação financeira está ainda disponível em:

- <https://www.polisriadeaveiro.pt/pg02.php?cat=2&scat=4&module=0>
- <https://www.polisriadeaveiro.pt/pg02.php?cat=1&scat=7&module=0> (informação financeira)

De acordo com o Despacho n.º 101/09-SETF de 30 de janeiro, assinalam-se o que da análise de risco é considerado:

Gestão de Risco Financeiro Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	Cumprido (s / n /na)			Descrição
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva:	x			O sistema de gestão de riscos existente assenta num conjunto de pressupostos que tem por base: <ul style="list-style-type: none"> ➤ A proximidade entre a Sociedade e os seus Acionistas (Estado e CIRA); ➤ A estreita articulação entre a gestão e os principais responsáveis pelas áreas funcionais da Sociedade.
Diversificação de instrumentos de financiamento	x			O financiamento da Sociedade é proveniente quer de capital social, quer de financiamento comunitário, e ainda da CM Espinho e Mira, e da Administração do Porto de Aveiro. O facto da Sociedade executar ações apenas com o financiamento assegurado, minimiza os riscos financeiros.
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			x	Não aplicável para o ano de 2017, na medida em que a Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A. – em Liquidação não recorreu ao financiamento bancário durante esse ano, nem prevê que venha a recorrer.
Diversificação de entidades credoras			x	Atualmente a Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A. – em Liquidação não tem entidades credoras de natureza bancária. Os fornecedores, estão maioritariamente relacionados com o fornecimento de bens e serviços e empreitadas, e a sua seleção resulta de processos de contratação que seguem as normas legalmente em vigor.
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em			x	O facto dos objetivos estratégicos da Sociedade e correspondente Plano de Atividades e Orçamento serem



Gestão de Risco Financeiro Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	Cumprido (s / n /na)			Descrição
função das condições de mercado				anualmente submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas e posteriormente, numa base trimestral, objeto de reporte quanto ao seu grau de execução, impõe na Sociedade uma dinâmica de acompanhamento, controlo e monitorização que permite aferir com regularidade a adequação das medidas tomadas, tendo em vista a realização dos objetivos e orientações superiormente estabelecidas os quais limitam os investimentos futuros à existência de financiamento.
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes:				A atuação da Polis Litoral Ria de Aveiro, enquanto empresa instrumental, encontra-se cingida à execução de ações específicas previstas no seu Plano Estratégico mediante a garantia prévia do seu financiamento através de capitais próprios, fundos comunitários e protocolos com as Câmaras Municipais de Mira e de Espinho e com a Administração do Porto de Aveiro – APA (já assinados).
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			x	A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, qualquer passivo de natureza bancária.
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			x	A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, qualquer passivo de natureza bancária.
Minimização da prestação de garantias reais			x	Visto o recurso ao financiamento bancário ser nulo, não existe por esta via a prestação de garantias reais.
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			x	
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa:				
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			x	O plano plurianual da intervenção tem sido objeto de acompanhamento pelos Acionistas, através da apresentação dos relatórios de atividades onde se explicitam as principais dificuldades e condicionalismos ao desenvolvimento da Intervenção. O Conselho de Administração / Comissão Liquidatária tem procurado assegurar que as fontes de financiamento previstas no Plano Estratégico venham a ser efetivamente realizadas.
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			x	Estando a Sociedade a desenvolver uma atividade vocacionada exclusivamente para a valorização e requalificação da Ria de Aveiro, os investimentos realizados até ao momento tiveram sempre presentes por um lado a garantia de existência de capitais próprios disponíveis, e por outro o recurso a financiamentos de natureza comunitária, no quadro do plano de financiamento definido em sede de criação da Sociedade.
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			x	Atendendo à natureza da atividade desenvolvida, a qual está subordinada à proposta do Plano Estratégico, a estrutura de financiamento é baseada quase exclusivamente em capitais próprios e financiamento comunitários



Gestão de Risco Financeiro Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	Cumprido (s / n /na)			Descrição
Inclusão nos R&C:				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			X	A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, nenhum empréstimo bancário.
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			X	A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, nenhum empréstimo bancário.
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			X	Atendendo à especificidade da atividade desenvolvida, a reduzida dimensão da estrutura humana e considerada que foi a complexidade da estrutura financeira existente, entendeu-se não se justificar a criação e manutenção de um sistema de controlo e gestão de riscos independente, conforme preconizado na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março.
Reflexão nas DF do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira:			X	A Polis Litoral Ria de Aveiro não contratualizou qualquer operação de <i>swap</i> .

Legenda:

FC – fundos comunitários

CP – Capital próprio

S – sim

N – Não

N.A. – Não aplicável

A Sociedade, desde a sua constituição, não recorreu a qualquer financiamento bancário, nem prevê que venha a recorrer até à sua extinção.

C. Regulamentos e Códigos

1. Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos

Ao nível interno a atividade da Sociedade foi assegurada, até 31 de março de 2016, pela Parque EXPO 98, S.A., no quadro de um contrato de Prestação de Serviços. Esta empresa não se limitava a promover atividades tipicamente incluídas no âmbito da gestão de projeto, mas também as competências que eram necessárias para assegurar a prossecução do objeto da Sociedade, bem como prestava apoio aos seus órgãos sociais. A partir daquela data, a própria estrutura da sociedade, juntamente com a equipa de serviços partilhados das Polis Litoral, manteve o modo de atuação anteriormente praticado, tendo adaptado os regulamentos/ documentos aplicáveis à Sociedade.



Para além do exposto, a Sociedade adotou um conjunto de procedimentos administrativos, aprovados, que normalizam e sistematizam as suas atividades mais significativas e correntes e cumprem a legislação e regulamentação em vigor.

Já ao nível externo a Sociedade atua de acordo com a legislação e regulamentação em vigor.

De seguida enuncia-se os regulamentos internos e externos mais relevantes por onde a Sociedade se rege:

Regulamento Internos

➤ Estatutos da Sociedade (anexo ao Decreto-Lei n.º 11/2009, de 12 de janeiro), encontrando-se disponível para consulta no site da Sociedade em:

<http://www.polisriadeaveiro.pt/docs/431316N1862014252543326.pdf>

➤ Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A., que visa garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral por todos os que atuam em nome da empresa em complemento das disposições legais e regulamentares que devem observar, encontrando-se disponível para consulta na sede da Sociedade e no seu site em:

<http://www.polisriadeaveiro.pt/docs/141515N15720142923770652.pdf>

➤ Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que contempla as recomendações emitidas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), tendo sido distribuído a toda a equipa de gestão em funções na Sociedade e se encontra disponível no site da Sociedade em:

<http://www.polisriadeaveiro.pt/docs/281715N15720142927879060.pdf>

Não foram ainda elaborados os relatórios anuais de execução do PGRIC.

Regulamentos Externos

➤ **Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de junho:** aprova a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, abreviadamente designado “Polis Litoral — Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira”;

➤ **Decreto-Lei n.º 11/2009, de 12 de janeiro:** constitui e define a finalidade da Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro, S. A., que tem por objecto a gestão, a coordenação e a execução do investimento a



realizar no âmbito do Polis Litoral Ria de Aveiro — Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, na área e nos termos definidos no respetivo plano estratégico.

- **Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro:** estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas. Define os princípios e regras aplicáveis à constituição, organização e governo das empresas públicas, os princípios e regras aplicáveis ao exercício dos poderes inerentes à titularidade de participações sociais ou a quaisquer participações em organizações que integrem o setor público empresarial ou que a ele estejam submetidas nos termos da lei e os princípios e regras aplicáveis à monitorização e ao controlo a que estão submetidas as empresas públicas.
- **Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro de 2016:** Lei do Orçamento de Estado para o ano 2017.
- **Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março:** estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2017, aprovado pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.
- **Código das Sociedades Comerciais (Decreto-Lei n.º 262/86, de 02 de setembro):** estabelece as normas legais relativas às sociedades comerciais;
- **Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua versão mais atual):** estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos;
- **Código de Expropriações (Lei n.º 168/99, de 18 de setembro):** regula todo o procedimento expropriativo;
- **Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);**
- **Zona de Importância Comunitária (ZPE) da Rede Natura 2000 [ZPE Ria de Aveiro (PTZPE0004)] – Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro de 1999:** constitui uma redefinição da ZPE classificada em 1988);
- **Sítio de Importância Comunitária (SIC) da Rede Natura 2000 [SIC Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas (PTCON0055)] – Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de julho.**
- **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);**



- **Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a Região Hidrográfica 4, Vouga, Mondego e Lis (PGBH 4);**
- **Programa para a Orla Costeira (POC) Ovar-Marinha Grande;**
- **Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) do Centro;**
- **Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Centro Litoral;**
- **Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro;**
- **Planos Diretores Municipais (PDM) de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Espinho, Estarreja, Ílhavo; Mira, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.**

2. Códigos de Conduta e de Ética

O Código de Ética e de Conduta da Sociedade, cuja necessidade de atualização ainda não se colocou, aprovado pelo então Conselho de Administração na reunião de 15 de janeiro de 2010, visa garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral por todos os que atuam em nome da empresa em complemento das disposições legais e regulamentares que devam observar e encontra-se divulgado a todas as partes interessadas e disponível para consulta na sede da Sociedade e no seu site em:

- <http://www.polisriadeaveiro.pt/docs/141515N15720142923770652.pdf>

As regras constantes no Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria de Aveiro visam garantir um tratamento equitativo junto dos clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da Sociedade, ou qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com esta, constituindo ainda uma referência no que concerne ao padrão de conduta exigível no relacionamento da Sociedade com terceiros, elaborado tendo em conta as normas portuguesas NP 4460-1:2007 “*Ética nas organizações Parte 1: Linhas de orientação para o processo de elaboração e implementação de códigos de ética nas organizações*” e NP 4460-2:2010 “*Ética nas organizações Parte 2: Guia de orientação para a elaboração, implementação e operacionalização de códigos de ética nas organizações*”.



3. Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

A Sociedade elaborou um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em maio de 2013, com base nas recomendações emitidas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), o qual se encontra publicitado no site da Sociedade:

➤ <http://www.polisriadeaveiro.pt/docs/281715N15720142927879060.pdf>

Encontra-se em elaboração o relatório anual de execução do PGRCIC.

D. Deveres especiais de informação

1) A Sociedade utiliza várias plataformas para o cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (alíneas d) a i) do artigo 44º do RJSPE), bem como para o cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita (nos termos do nº 1 do artigo 45º do RJSPE), tais como: o site da Sociedade, o site do SEE, do SIRIEF e da DGO.

a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo - *não aplicável*;

b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;

➤ <http://www.polisriadeaveiro.pt/pg02.php?cat=1&scat=7&module=0>

(informação financeira)

c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento:

➤ <http://www.polisriadeaveiro.pt/pg02.php?cat=1&scat=7&module=0>

(informação financeira)

d) Orçamento anual e plurianual:

➤ <http://www.polisriadeaveiro.pt/pg02.php?cat=1&scat=7&module=0>

(informação financeira)

e) Documentos anuais de prestação de contas;

➤ <http://www.polisriadeaveiro.pt/pg02.php?cat=1&scat=7&module=0>

(informação financeira)



- f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização (submetido em SIRIEF)
- 2) Para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (nos termos do disposto no n.º1 do artigo 45.º do RJSPE) a Sociedade publicou a referida informação no SIRIEF e no site da Sociedade:

➤ <https://www.polisriadeaveiro.pt/pg02.php?cat=1&scat=7&module=0>

Mais se esclarece que informação respeitante aos princípios do Bom Governo encontrava-se ainda publicada no site do SEE, entanto esta informação já não se encontra acessível, pelo facto desta entidade se encontrar em liquidação.

E. Sítio de internet

Toda a informação relevante da Polis Litoral – Ria de Aveiro encontra-se disponibilizada no site da Sociedade, nomeadamente:

- Sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do CSC:
 - <http://www.polisriadeaveiro.pt/pg08.php>
- Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;
 - <https://www.polisriadeaveiro.pt/docs/024109329820183589780926.pdf>
- Identificação dos titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;
 - <https://www.polisriadeaveiro.pt/docs/37440932982018354116824.pdf>
- Documentos de prestação de contas anuais:
 - <http://www.polisriadeaveiro.pt/pg02.php?cat=1&scat=7&module=0>
(*informação financeira*)
- Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público - NA;



- Modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios:

- <http://www.polisriadeaveiro.pt/pg02.php?cat=1&scat=7&module=0>

(*informação financeira – Relatórios e Contas*)

F. Prestação de Serviço Público ou de interesse geral

Não aplicável, uma vez que não existe qualquer contrato entre o acionista Estado e a Sociedade Polis Litoral - Ria de Aveiro em que aquele tenha confiado a esta a prestação de um serviço público ou de interesse geral.

Acresce recordar que a Sociedade prossegue a missão que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 11/2009, publicado em 12 de janeiro, que a constituiu, tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria de Aveiro, no âmbito da operação integrada do Polis Litoral Ria de Aveiro, na área e nos termos definidos no Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, aprovado pelos acionistas na reunião da Assembleia Geral de 4 de novembro de 2010, atualmente promovida pelo Ministério do Ambiente, que envolve o desenvolvimento de ações estruturantes em matéria de requalificação e valorização e ambiental, tendo como objetivos:

- Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável;
- Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas de riscos naturais;
- Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural;
- Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, através da valorização das atividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais.



VII. REMUNERAÇÕES

A. Competência para a determinação

A determinação da remuneração dos órgãos sociais é da competência da Assembleia Geral, nos termos do artigo 10º - Competências da Assembleia Geral dos Estatutos da Sociedade.

A Sociedade não possui Comissão Executiva, nem dirigentes.

No **anexo 3** apresenta-se a declaração dos membros do órgão da administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.

Os membros dos órgãos sociais da Sociedade têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público, e no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em que são estabelecidos princípios relativos ao exercício cumulativo de funções e, bem assim, à obrigatoriedade de não intervirem nas decisões que envolvam interesses próprios. Os referidos membros têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 25/95, de 18 de agosto. Pelo exposto, os membros dos órgãos sociais da PLRA cumprem com as seguintes obrigações:

- a) abstenção de intervenção em deliberações quando nelas tenham interesse, direta ou indiretamente e, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas;
- b) indicação, por escrito, à Inspeção-Geral de Finanças de todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente, na empresa ou em qualquer outra;
- c) entrega da declaração de rendimentos, património e cargos sociais dos titulares de cargos políticos e equiparados ao Tribunal Constitucional;
- d) entrega da declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos à Procuradoria-Geral da República;
- e) cumprimento das demais disposições constantes do Estatuto do Gestor Público e do Código das Sociedades Comerciais relativas à prevenção de conflitos de interesses.

Inexistindo, por parte de cada um dos membros do Conselho de Administração, participações patrimoniais detidas na empresa, assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes,



instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, foram apresentadas declarações pelo Conselho de Administração à IGF, nos termos legalmente exigidos.

B. Comissão de fixação de remunerações

A Sociedade não possui Comissão de Fixação de Remunerações.

C. Estrutura das Remunerações

- 1) Os membros da Comissão Liquidatária não são remunerados, recebendo apenas senhas de presença, por cada reunião em que participam, com exceção do vogal representante do acionista minoritário CIRA, que para além de não ser remunerado pela Sociedade, também não recebe senhas de presença, dada a sua condição de autarca.
- 2) Não aplicável, dado que os membros da CL não são remunerados.
- 3) Os membros da CL não auferem de componente variável de remuneração.
- 4) Não aplicável.
- 5) Não foi atribuído qualquer prémio de gestão.
- 6) Não foi atribuído qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

D. Divulgação das Remunerações

- 1) Os valores das remunerações dos órgãos sociais estão publicitados no *site* da Sociedade, e constam do ponto 3.6 do Relatório e Contas 2017, de acordo com os seguintes quadros:

Comissão Liquidatária

Membro da CL	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Eng.ª Celina Isabel Silva Ramos Carvalho	NA	NA	250,00 €	0
Eng.º José Agostinho Ribau Esteves	NA	NA	- €	0
Dr. João Carlos Gomes Belo Farinha	NA	NA	200,00 €	0

Nota: O vencimento mensal corresponde ao valor de cada senha de presença, por reunião.



Membro da CL	Remuneração Anual (€)					
	Fixa (*)	Variável	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2) (**)	Reversão remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Eng.ª Celina Isabel Silva Ramos Carvalho	2 500,00 €	- €	2 500,00 €	125,00 €	- €	2 375,00 €
Eng.º José Agostinho Ribau Esteves	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Dr. João Carlos Gomes Belo Farinha	2 000,00 €	- €	2 000,00 €	100,00 €	- €	1 900,00 €
			4 500,00 €	225,00 €	- €	4 275,00 €

(*) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(**) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro da CL	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Vida	Encargo Anual Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Eng.ª Celina Isabel Silva Ramos Carvalho	0	0	ADSE/ Seg. Social	564,06 €	0	0	na	0
Eng.º José Agostinho Ribau Esteves	0	0	ADSE/ Seg. Social	- €	0	0	na	0
Dr. João Carlos Gomes Belo Farinha	0	0	ADSE/ Seg. Social	451,25 €	0	0	na	0
	0	0		1.015,31 €	- €	- €		0

- 2) Não há outras sociedades em relação de domínio ou de grupo, não havendo por isso lugar a quaisquer pagamentos de montantes aos órgãos sociais.
- 3) Não há lugar a quaisquer pagamentos de remunerações em forma de participação nos lucros e/ou prémios.
- 4) Não havendo ex-administradores executivos, não foram efetuados quaisquer pagamentos de indemnizações.
- 5) O montante anual da remuneração auferida pelo membro do órgão de fiscalização da entidade está descrito no ponto V.C.3.
- 6) A remuneração no ano de 2017 dos membros da Assembleia Geral encontra-se apresentada no no ponto V.B.1.



VIII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

1. Mecanismos implementados pela entidade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas

Não existem transações com entidades relacionadas e os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços têm critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia que asseguram a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.

2. Informação sobre outras transações

As transações efetuadas pela Sociedade cumpriram o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e constam, como exigido pelas normativas de contratação, da Base de Contratos do Estado.

Todas as transações relativas a aquisição de bens e serviços ocorreram em condições de mercado.

Em 2017, houve apenas um fornecedor (empreiteiro) cuja faturação excedeu 1 milhão de euros – Alexandre Barbosa Borges, SA, NIF 500 553 408, cujo valor faturado foi de 1.730.055 euros. Este valor dizia respeito a dois contratos de empreitadas.



IX. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA ENTIDADE NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas

A Sociedade Polis Litoral - Ria de Aveiro é o primeiro exemplo de associação formal entre a Administração Central e uma Comunidade Intermunicipal, no caso a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), e tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria de Aveiro, na área e nos termos definidos no respetivo Plano Estratégico. Iniciou a sua atividade a 2 de fevereiro de 2009, com a realização da primeira reunião da Assembleia Geral da Sociedade.

A área de intervenção assume uma lógica de continuidade e complementaridade entre os diferentes sistemas naturais presentes — marítimo, lagunar e ribeirinho — integrando ainda toda a Área de Intervenção Prioritária definida no Plano UNIR@RIA.

O diagnóstico e a estratégia definida para a Ria de Aveiro, e considerada no PEIRVRA, enquadram-se no conjunto de orientações, nacionais, regionais, locais e setoriais, expressas em diversos instrumentos de gestão territorial, planos e programas que se consideram mais relevantes para este território, e que constituem, quando “acoplados”, a orientação integradora de desenvolvimento sustentável quer ao nível económico, social, cultural ou ambiental.

É este enquadramento que baliza a atividade da Sociedade cujos eixos de desenvolvimento lhe conferem a prossecução do desenvolvimento sustentável do território.

No ano de 2017 foram cumpridas na generalidade as metas fixadas inicialmente, ainda que com os condicionamentos abaixo expostos, com a Sociedade a desenvolver as atividades relacionadas com o seu funcionamento orgânico, nomeadamente estrutura (instalações e funcionamento administrativo), gestão (contrato de prestação de serviços), e atividades diretamente relacionadas com a elaboração de Planos, Estudos, Projetos e execução de Empreitadas.

No ano de 2017 foram iniciadas as 4 empreitadas previstas: 3ª fase do Reforço do Cordão Dunar, entre Ílhavo e Mira; Desassoreamento da Barrinha de Mira; Via Ciclável como Forma de Vivência da Ria e Núcleos Piscatórios Lagunares em Ovar: Cais da Tijosa e Cais do Torrão. Foi também o ano em que foi resolvido o contrato da empreitada da Barrinha de Esmoriz, dada a reiterada incapacidade do empreiteiro



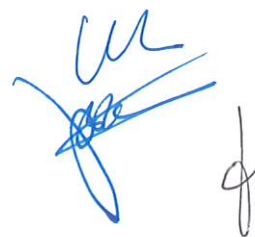
(ABB) para executar os trabalhos de dragagem e aplicadas multas, que ascenderam a 20% do valor do contrato. Assim, não foi possível concluir esta empreitada durante o ano de 2017, tendo-se iniciado a preparação de novo concurso de empreitada para os trabalhos que ficaram por executar (dragagem).

No que respeita à empreitada da “Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto”, não foi possível iniciar em 2017, decorrente da fase do processo de concurso, nomeadamente pelo concurso lançado no final de 2016 ter sido anulado, por terem sido excluídas as propostas. Nesse sentido foi lançado novo concurso em março de 2017, que sofreu também atrasos durante o procedimento contratual, tendo sido emitido o visto de Tribunal de Contas no final do ano.

Relativamente à ação “Pateira de Fermentelos – percursos (Aveiro e Oliveira do Bairro) foi necessário reformular o projeto e aguardar pelos pareceres dos Municípios, para preparação do processo de concurso da empreitada.

O ano 2017 foi o ano em que houve um avanço significativo com o procedimento de AIA no Projeto de Transposição de Sedimentos para Otimização do Equilíbrio Hidrodinâmico na Ria de Aveiro (também designado por Desassoreamento na Ria de Aveiro), na medida em que foi concluído o projeto de execução e respetivo RECAPE e emitida a DCAPE e o TUA no que respeita ao Canal de Mira, após a elaboração de inúmeros estudos complementares exigidos na DIA. Nos restantes canais foi concluído no 4º trimestre o projeto de execução e respetivo RECAPE, aguardando-se no final de 2017 o respetivo licenciamento da APA.

No que respeita ao financiamento da intervenção, no Plano de Liquidação – versão revista I, para além das candidaturas aprovadas no ano anterior pelo POSEUR das ações “Barrinha de Esmoriz”, “Barrinha de Mira” e “3ª fase do reforço do cordão dunar”, foi submetida e aprovada a candidatura referente à “Transposição de Sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro”. Relativamente às restantes empreitadas executadas em 2017 e 2018 - “Via ciclável como forma de vivência da Ria”; “Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto” e “Núcleos Piscatórios Lagunares – Cais da Tijosa e Cais do Torrão” e “Pateira de Fermentelos – Percursos em Aveiro e em Oliveira do Bairro”, o financiamento é exclusivamente proveniente do capital social e do Município de Mira (no que respeita à ciclovia), dado não ter sido possível obter financiamento comunitário.



Os objetivos definidos no Plano de Liquidação – versão revista I, para esse ano, consideram-se cumpridos, dado que esta versão do plano foi já elaborada em 2018.

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

A Sociedade define as suas regras segundo um modelo de governo que se orienta para um nível de desempenho elevad, o que contribui para a difusão de boas práticas, onde se incluiu a adoção de estratégias concertadas de sustentabilidade no domínio económico, social e ambiental. Esta atuação tem em conta a igualdade de oportunidades, promove mecanismos adequados de tomada de decisão, de divulgação de informação e de fiscalização dessas decisões.

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

a) Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável

A Sociedade promove a igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação, existindo um princípio de comportamento não-discriminatório, em que são reprovadas todas e quaisquer práticas de discriminação, seja em razão de ascendência, do sexo, da raça, da língua, do território de origem, da religião, das convicções políticas ou ideológicas, da instrução, da situação económica, da condição social ou da orientação sexual.

A Sociedade aposta no estabelecimento de uma relação de confiança baseada na lealdade, na competência, na valorização do espírito de iniciativa e no sentido de responsabilidade dos seus Colaboradores e define as suas políticas de recursos humanos no respeito pela dignidade, diversidade e direitos de cada pessoa, proporcionando um ambiente de trabalho favorável a um desempenho profícuo e as mais adequadas condições de segurança e saúde no trabalho.

b) Responsabilidade ambiental

A Sociedade tem como objeto a realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que inclui ações de proteção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de atividades tradicionais ligadas aos recursos da Ria de Aveiro, a requalificação e revitalização das frentes lagunares, a valorização dos núcleos



piscatórios marítimos e lagunares e a qualificação e ordenamento da mobilidade na ria de Aveiro, a valorização dos «espaços ria» para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.

Apresenta-se em seguida alguns exemplos relativos a 2017, que vinham sendo postos em prática em anos anteriores:

- separação e entrega de resíduos para reciclagem;
- escolha de produtos e materiais reciclados e/ou recicláveis;
- utilização de água preferencialmente não engarrafada;
- inclusão de critérios ambientais na avaliação de propostas de vários concursos realizados;
- Utilização de documentos de forma digital, evitando a impressão de cópias em papel, na medida do possível.

Para além dos critérios de avaliação referidos, a Sociedade, introduziu nos processos de concurso um documento que contém orientações ambientais, o qual visa que as equipas de projetistas concebam espaços que permitam a curto, médio e longo prazo, contribuir para a minimização das emissões de carbono, fomentando a utilização de fontes de energia renováveis para iluminação, o eficiente consumo de recursos, nomeadamente, água e materiais e a atenuação do impacte dos efluentes, emissões, resíduos, ruído para o exterior e níveis urbanos de calor para o exterior.

A Sociedade prossegue a sua atividade de acordo com um “Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente”, em cumprimento das melhores práticas ambientais, reconhecendo o interesse, no âmbito das suas atividades, em prosseguir boas práticas de gestão ambiental, consistentes com os princípios inerentes ao respeito pelo meio-ambiente e pelos recursos naturais, nomeadamente através do cumprimento da legislação aplicável e da adoção voluntária de medidas concretas de redução do impacte ambiental da sua atividade, de racionalização do uso e de proteção daqueles recursos.

c) Promoção da igualdade

A Sociedade promove a igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação, existindo um princípio de comportamento não-discriminatório, em que são reprovadas todas e quaisquer práticas de discriminação, seja em razão de ascendência, do sexo, da raça, da língua, do



território de origem, da religião, das convicções políticas ou ideológicas, da instrução, da situação económica, da condição social ou da orientação sexual.

Na aplicação das normas da Contratação Pública, a Sociedade norteia-se pelos princípios da igualdade, da não discriminação e da transparência enunciados no artigo 2.º da Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, sem perder de vista outros valores igualmente relevantes como sejam a economicidade ou boa gestão financeira dos recursos públicos e a seleção da proposta mais conveniente para o interesse público.

A Sociedade tem procurado criar mecanismos orientados para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.

d) Princípio da Igualdade de Género

A Sociedade Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A. tem como órgãos sociais um Conselho de Administração (agora Comissão Liquidatária), uma Assembleia Geral e um Fiscal Único, nomeados pelos Acionistas, estando esta informação divulgada no seu site.

A Sociedade tem procurado criar mecanismos para alcançar a igualdade entre homens e mulheres, tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a facilitar a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, nos termos da resolução do Conselho de Ministros nº 19/2012, de 23 de fevereiro:

- No final de 2017, dos 5 funcionários da Sociedade, 3 eram do sexo feminino.
- Desde outubro de 2013, o Conselho de Administração da Sociedade integra uma presidente mulher e dois vogais homens. Desde a entrada em liquidação, com efeitos a 1 de janeiro de 2017, a Comissão Liquidatária manteve a mesma composição, tendo os administradores passado a liquidatários.

A Sociedade visa uma política tendente a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

e) Políticas de recursos humanos

Em 2017, manteve-se a situação já verificada em 2016, em que face ao termo da prestação de serviços assumida pela Parque Expo 98, S.A. (sociedade em liquidação) em 31 de março de 2016, a Sociedade viu autorizada a possibilidade de contratação de equipas de gestão (local e central) com os recursos humanos e materiais necessários à prossecução dos seus objetivos, verificando-se uma objetiva redução dos custos, relativamente à anterior situação de prestação de serviços de gestão.

A política de recrutamento da Polis Litoral Ria de Aveiro baseou-se no princípio da igualdade de oportunidades e na renúncia a todas as formas de discriminação, nomeadamente, em razão do sexo, idade, raça, nacionalidade, religião, orientação sexual, convicções políticas ou filiações sindicais, no entanto, em face da atual situação da Sociedade, que se encontra em liquidação, não foi feito qualquer recrutamento de pessoal.

A Sociedade aposta no estabelecimento de uma relação de confiança baseada na lealdade, na competência, na valorização do espírito de iniciativa e no sentido de responsabilidade dos seus colaboradores e define as suas políticas de recursos humanos no respeito pela dignidade, diversidade e direitos de cada pessoa, proporcionando um ambiente de trabalho favorável a um desempenho profícuo e as mais adequadas condições de segurança e saúde no trabalho.


A Polis Litoral Ria de Aveiro atenderá, em particular, às necessidades das pessoas com deficiência em todas as suas formas, bem como às pessoas com risco agravado de saúde.

f) Responsabilidade Económica

A competitividade da empresa é um desígnio a cumprir no desenvolvimento das suas atividades. Deste modo, e entre outros, a realização de estudos, projetos e empreitadas revelaram e revelam novos conceitos e modelos inovadores adaptando-se e evoluindo, em parte, dada a legislação de referência ser recente. Quanto ao desenvolvimento e integração das novas tecnologias na “produção” apenas se refere que é total e em evolução contínua.

A Sociedade tem a sua ação limitada no tempo pelo que a sua atuação se limita à prossecução da realização das ações previstas no seu Plano Estratégico.

A criação de valor para os acionistas é real porquanto os mesmos prosseguem o interesse público e o projeto vai ter, como foi várias vezes referido publicamente por “todos” os *stakeholders*, um impacto



claramente positivo na população afetada. A criação de valor obtém-se através da implementação de medidas que contabilizem o risco associado à atividade, gerindo assim o tempo e o custo do projeto de modo a que estes se mantenham dentro do previsto, mesmo que se possa, eventualmente, ter de, pontualmente, alterar o âmbito que se adequa à realidade que se quer implementar e que visa a requalificação urbana e ambiental da área a intervencionar. Daqui resulta que se procura o aumento de produtividade, a orientação para o cliente bem como a minimização dos riscos associados ao projeto.

X. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário

Nesta matéria será de lembrar que a criação da Sociedade teve como objeto a realização de um investimento que, atualmente se estima em 70,7 milhões de euros e também que aquela tem a sua ação limitada no tempo, pelo que a sua atuação se limita à prossecução da realização das ações previstas no seu Plano Estratégico.

Nesta sequência, a avaliação do Governo Societário que ora se expõe apenas reflete o grau de cumprimento de recomendações emanadas pelos Acionistas e do respeito pela norma e que, numa maneira geral, de acordo com o quadro do apêndice 2 do ofício circular n.º 588, de 7 de fevereiro de 2018, (Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2017).

Apresenta-se no **anexo 5** uma grelha de validação de avaliação do Governo Societário.

2. Outras informações

A Sociedade não tem quaisquer elementos ou informações adicionais, para além das apresentadas no presente relatório, que sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Aveiro, 30 de julho de 2018

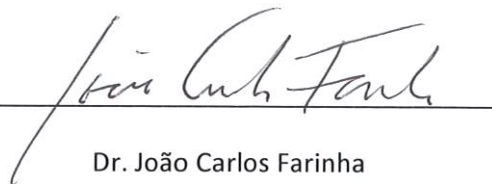
A Comissão Liquidatária



Eng.ª Celina Ramos de Carvalho
(Presidente da Comissão Liquidatária)



Eng.º José Ribau Esteves
(Vogal da Comissão Liquidatária)



Dr. João Carlos Farinha
(Vogal da Comissão Liquidatária)

Handwritten signature and initials in blue ink. The signature is a stylized, cursive name, and the initials are 'WL' written above it. To the right of the signature is a small, simple mark that looks like a vertical line with a hook at the bottom.

XI.

Anexos do RGS



ANEXO 1

Certidão de ata de reunião da Comissão Liquidatária sobre aprovação do
RGS2017 (30.07.2018)



CERTIDÃO

Celina Isabel da Silva Ramos de Carvalho, Presidente da Comissão Liquidatária da Polis Litoral – Ria de Aveiro, S.A. (PLRA), certifica que o texto abaixo transcrito reproduz fielmente a redação do Ponto 5.3 da ata da Reunião da Comissão Liquidatária da PLRA n.º 153, realizada em 30 de julho de 2018: -----

5.3. Relatório e Contas de 2017 e Relatório de Governo Societário de 2017; -----

A C.L. apreciou e aprovou por unanimidade o Relatório e Contas de 2017, bem como o Relatório de Governo Societário de 2017; (Anexo ao Ponto 5.3) -----

Aveiro, 27 de agosto de 2018

[Assinatura
Qualificada]
Celina Isabel da
Silva Ramos de
Carvalho

Digitally signed by [Assinatura Qualificada] Celina Isabel da Silva Ramos de Carvalho
DN: c=PT, o=POLIS LITORAL RIA DE AVEIRO - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA DE AVEIRO, S.A. - EM LIQUIDAÇÃO, ou=Certificado para pessoa singular - Assinatura Qualificada, title=Membro de órgão de administração com poderes para vincular individualmente a pessoa coletiva; segundo Certificado Permanente - Informação confirmada pela Entidade de Certificação apenas na data de emissão e que não foi confirmada posteriormente a esta data.
serialNumber=10XPT-06869742, cn=[Assinatura Qualificada] Celina Isabel da Silva Ramos de Carvalho
Date: 2018.08.27 16:12:13 +01'00'

Celina Ramos de Carvalho
(Presidente da Comissão Liquidatária)



ANEXO 2

Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º
do RJSPE

Car
[Handwritten signature]

ANEXO 3

Declaração a que se refere o artigo 52.º do RJSPE

EXMO. SENHOR
INSPETOR-GERAL DE FINANÇAS
RUA ANGELINA VIDAL, N.º 41
1199-005 LISBOA

VI ref. VI data N/ ref. PRA.16.CT.2759/CC.rc Data
Your ref. Your date Our ref. Date 13-01-2016

ASSUNTO Deveres de informação decorrentes do disposto no nº 9 do art.º 22º do DL n.º
SUBJECT 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de
janeiro, e no nº 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome: Celina Isabel da Silva Ramos de Carvalho
NIF: 150399618
Morada: Edifício Cruzeiro, Largo Cruz de Celas, n.4, 4º Esq.
Código Postal: 3000 - 132 Coimbra
E-mail: celina.carvalho@polisriadeaveiro.pt
Telefone: 234891072

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*): Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.
Tipo (Empresa Pública, Empresa Municipal, Instituto, outro-identificar): empresa pública (sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos)
NIF: 508914698
Morada da Sede: Rua D. Manuel de Almeida Trindade, Parque de Exposições de Aveiro
Código Postal: 3810-488 Aveiro
E-mail: geral@polisriadeaveiro.pt

Telefone: 234891070
Fax: 234891071

Cargo para que foi nomeado/eleito: Presidente do Conselho de Administração
Data de início do mandato (dd/mm/aaaa): 30/01/2015
Data prevista de termo do mandato (dd/mm/aaaa): 31/12/2016

(*) Deve enviar à IGF uma declaração por cada nomeação/eleição.

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa/entidade acima indicada, declaro:

1. Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerço funções.
2. De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade.
3. Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que **não mantenho** quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerço funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Com os melhores cumprimentos,

Celina Isabel da Silva Ramos de Carvalho

EXMO. SENHOR
INSPETOR-GERAL DE FINANÇAS
RUA ANGELINA VIDAL, N.º 41
1199-005 LISBOA

VI ref. VI data NI ref. PRA.16.CT.2761/RE.rc Data
Your ref. Your date Our ref. Date 13-01-2016

ASSUNTO Deveres de informação decorrentes do disposto no nº 9 do art.º 22º do DL n.º
SUBJECT 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de
janeiro, e no nº 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome: José Agostinho Ribau Esteves
NIF: 173799167
Morada: Rua de Ílhavo, n.º 37
Código Postal: , 3830-488 Ílhavo
E-mail: presidente@cm-aveiro.pt
Telefone: 234891072

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*): Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.
Tipo (Empresa Pública, Empresa Municipal, Instituto, outro-identificar): empresa pública (sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos)
NIF: 508914698
Morada da Sede: Rua D. Manuel de Almeida Trindade, Parque de Exposições de Aveiro
Código Postal: 3810-488 Aveiro
E-mail: geral@polisriadeaveiro.pt

Telefone: 234891070

Fax: 234891071

Cargo para que foi nomeado/eleito: Vogal do Conselho de Administração

Data de início do mandato (dd/mm/aaaa): 30/12/2015

Data prevista de termo do mandato (dd/mm/aaaa): 31/12/2016

(*) Deve enviar à IGF uma declaração por cada nomeação/eleição.

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa/entidade acima indicada, declaro:

1. Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerço funções.
2. De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade.
3. Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que **não mantenho** quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerço funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Com os melhores cumprimentos,

José Agostinho Ribau Esteves

EXMO. SENHOR
INSPETOR-GERAL DE FINANÇAS
RUA ANGELINA VIDAL, N.º 41
1199-005 LISBOA

VI ref. Your ref. VI data Your date N/ ref. Our ref. PRA.16.CT.2760/JCF.rc Data Date 13-01-2015

ASSUNTO Deveres de informação decorrentes do disposto no nº 9 do art.º 22º do DL n.º
SUBJECT 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, e no nº 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome: João Carlos Gomes Belo farinha
NIF: 158486862
Morada: Praceta Ricardo Jorge, 3, 9 Esq.
Código Postal: 2800-709 Almada
E-mail: joao.farinha@icnf.pt
Telefone: 234891072

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*): Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.
Tipo (Empresa Pública, Empresa Municipal, Instituto, outro-identificar): empresa pública (sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos)
NIF: 508914698
Morada da Sede: Rua D. Manuel de Almeida Trindade, Parque de Exposições de Aveiro
Código Postal: 3810-488 Aveiro
E-mail: geral@polisriadeaveiro.pt

Telefone: 234891070
Fax: 234891071

Cargo para que foi nomeado/eleito: Vogal do Conselho de Administração
Data de início do mandato (dd/mm/aaaa): 30/01/2015
Data prevista de termo do mandato (dd/mm/aaaa): 31/12/2016

(*) Deve enviar à IGF uma declaração por cada nomeação/eleição.

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa/entidade acima indicada, declaro:

1. Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerço funções.
2. De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade.
3. Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que **não mantenho** quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerço funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Com os melhores cumprimentos,

João Carlos Gomes Belo Farinha



ANEXO 4

Ata da reunião da Assembleia Geral que contempla a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2016

ASSEMBLEIA GERAL

-----ATA N.º 13-----

-----Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano dois mil e dezassete, pelas dez horas minutos, reuniu, nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, na sua sede, sita no Parque de Exposições de Aveiro, na Rua D. Manuel de Almeida Trindade, em Aveiro, a Assembleia Geral da Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A., estando presentes o acionista ESTADO, na qualidade de detentor directo de 56% do capital social, representado pela Senhora Dra. Cândida Maria Viriato Maia Ferreira Pestana, conforme DESPACHO CONJUNTO do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e da Senhora Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, do qual foi extraída cópia que fica arquivada em pasta própria, e o acionista CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – Baixo Vouga, na qualidade de detentor directo de 44% do capital social, representado pelo Senhor Presidente Eng.º José Agostinho Ribau Esteves, com residência profissional na Rua do Carmo, nº. 20, em Aveiro, retomando assim a reunião suspensa, nos termos do disposto no artigo 387.º do Código das Sociedades Comerciais, no passado dia 20 de abril.-----

----- Esta segunda sessão da reunião foi conduzida pelo representante do Fiscal Único Dr. Sérgio Marques e secretariada pelo mesmo, tendo estado ainda presentes para participarem na Assembleia a Senhora Presidente da Comissão Liquidatária, Eng.ª Celina Isabel da Silva Ramos de Carvalho, e o Vogal, Dr. João Carlos Gomes Belo Farinha.-----

----- A convite e com autorização dos representantes dos acionistas, assistiu também à reunião a Sra. Eng.ª Diana Gaspar, diretora da Polis Litoral Ria de Aveiro, e a Dra. Rita Carvalho, assessora do Comissão Liquidatária.-----

-----Imediatamente, antes do início da sessão, foi proposto por ambos os acionistas que a Assembleia Geral se constituísse e deliberasse, nos termos do nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, tendo presente a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:-----

6. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2016 e sobre o Relatório de Governo Societário de 2016;-----
7. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;-----
8. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;-----

-----Declarada aberta a sessão, e antes de retomar o ponto seis da ordem de trabalhos, a representante do acionista Estado pediu a palavra e declarou que considerando que, no período de tempo que mediou a primeira sessão da Assembleia Geral da Polis Ria de Aveiro e a presente data, se alteraram as fontes de financiamento do investimento designado por "Projeto de Desassoreamento da Ria de Aveiro" no valor de 23.567.809€, propôs e votou favoravelmente a clarificação da deliberação tomada na 1.ª sessão da Assembleia Geral, realizada no dia 20 de abril de 2017, relativamente ao ponto CINCO PONTO UM



"Autorização nos termos do Despacho n.º 155/2011" nos seguintes termos: a autorização para a realização do investimento designado por Projeto Desassoreamento da Ria de Aveiro, no montante previsto de 23.567.809€, está subordinada à condição de se encontrarem previamente asseguradas as respetivas fontes de financiamento, devendo a taxa de referência do co-financiamento comunitário ser de, pelo menos, 75%. O representante do acionista CIRA fez a seguinte declaração: "Para a importante obra do desassoreamento da Ria de Aveiro, o acionista Estado tem de assegurar o acesso ao cofinanciamento de referência do Portugal 2020, que é de 85%, podendo inclusivamente ponderar a utilização de 100% dado o relevante interesse público da obra". -----

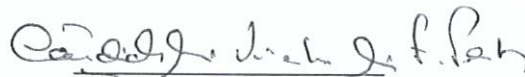
-----Seguidamente, entrou-se de imediato no ponto SEIS da ordem de trabalhos "Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2016 e sobre o Relatório de Governo Societário de 2016", ambos os acionistas votaram favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2016, atentas as ênfases constantes da Certificação Legal das Contas, bem como o Relatório e Parecer do Fiscal Único. Ambos os acionistas votaram ainda favoravelmente a aprovação do Relatório do Governo Societário de 2016. -----

-----Quanto ao ponto SETE "Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração", foi deliberado por unanimidade que não haverá lugar à Aplicação de Resultados, em virtude do mesmo ser nulo. -----

-----Relativamente ao ponto OITO "Proceder à apreciação Geral da Administração e Fiscalização da Sociedade", foi proposto pelo acionista Estado dar um voto de confiança aos órgãos de Administração e de Fiscalização e em cada um dos seus membros nos termos do Artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais. O acionista CIRA propôs e votou favoravelmente atribuir um voto de louvor aos órgãos de Administração e de Fiscalização, tendo o acionista Estado votado favoravelmente. -----

-----Esgotada a Ordem de Trabalhos foi encerrada a sessão e lavrada a presente Ata, a qual vai ser assinada pelos representantes dos acionistas presentes. -----

A Representante do Estado



(Senhora Doutora Cândida Maria Viriato Maia Ferreira Pestana)

O Representante da CIM Região de Aveiro



(Senhor Engenheiro José Agostinho Ribau Esteves)



ANEXO 5

Grelha de Validação: Avaliação do Governo Societário

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Pág.	Observações
		Sim	Não	Sim	Não	RGS	
I.	Síntese						
A.	Boas práticas de governo societário						
1.	Menção às alterações mais significativas, adotadas em 2017	X		X		4	
II.	Missão, Objetivos e Políticas						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a sociedade.						
a)	Indicação da missão e da forma como é prosseguida	X		X		5	
b)	Indicação da visão que orienta a sociedade	X		X		5	
c)	Indicação dos valores que orientam a sociedade	X		X		5	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida, designadamente:						
a)	Objetivos e resultados definidos pelos acionistas	X		X		6	
b)	Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X		X		7	
3.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		8	
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais.	X		X		9	
III.	Capital da Entidade						
1.	Divulgação da estrutura de capital	X		X		10	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X			X	10	
3.	Informação sobre a existência de Acordos parassociais.	X			X	10	
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da	X			X	11	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Pág.	Observações
		Sim	Não	Sim	Não	RGS	
	percentagem de capital e de votos.						
2.	Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X			X	11	
3.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	X			X	11	
4.	Existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X			X	11	
V.	Órgãos Sociais e Comissões						
A.	Modelo de Governo						
1.	Indicação do modelo de governo adotado	X		X		12	
B.	Mesa da Assembleia Geral						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		12	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		13	
C.	Administração e Supervisão						
1.	Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		13	
2.	Composição, duração do mandato, n.º de membros efetivos.	X		X		13/14	
3.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA/CL e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		14	
4.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		14/15	
5.	Evidências de apresentação de declarações de cada um dos membros do CA/CL	X		X		15	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas	X			X	16	



Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Pág.	Observações
		Sim	Não	Sim	Não	RGS	
7.	Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		16/17	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X		X		17	
a)	Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas	X			X	17	
b)	Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros do CA no decurso do exercício	X			X	18	
c)	Órgãos da entidade competentes para realizar a avaliação o desempenho dos administradores executivos	X			X	18	São não executivos
d)	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.	X			X	18	Não aplicável
D.	Fiscalização						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	X		X		19	Fiscal Único
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X		19	Fiscal Único
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		19	Fiscal Único
4.	Funcionamento da fiscalização.	X		X		20	Não aplicável - Fiscal Único
E.	Revisor Oficial de Contas						
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		20	
2.	Indicação das limitações, legais.	X			X	20	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X		X		21	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à	X			X	21	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Pág.	Observações
		Sim	Não	Sim	Não	RGS	
	sociedade.						
F.	Auditor Externo						
1.	Identificação.		X		X	21	Não aplicável
2.	Política e periodicidade da rotação.		X		X	21	Não aplicável
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.		X		X	21	Não aplicável
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.		X		X	21	Não aplicável
VI.	Organização Interna						
A.	Estatutos e Comunicações						
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X		X		22	
2.	Comunicação de irregularidades.	X		X		22	
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		23	
B.	Controlo interno e gestão de riscos						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X			X	23	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X			X	23	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X			X	24	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	X			X	24	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X			X	24	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X			X	24/25	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X			X	26	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X			X	26/28	
C.	Regulamentos e Códigos						

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Pág. RGS	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		28/31	
2.	Códigos de Conduta e de Ética.	X		X		31	
3.	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	X		X		32	
D.	Deveres Especiais de Informação						
1.	Plataforma utilizada para comunicação dos deveres de informação a que a sociedade se encontra sujeita						
a)	Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas de outras entidades	X		X		32	
b)	Grau de execução dos objetivos fixados	X		X		32	
c)	Planos de Atividade e Orçamentos, anuais e plurianuais	X		X		32	
d)	Orçamento anual e plurianual	X		X		32	
e)	Documentos anuais de prestação de contas	X		X		32	
f)	Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização	X		X		33	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência	X		X		33	
E.	Sítio de Internet						
1.	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.						
a)	Sede e caso aplicável, demais elementos mencionados no art.º 171 do código das sociedades comerciais	X		X		33	
b)	Estatutos e regulamentos do funcionamento dos órgãos	X		X		33	
c)	Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários, respetivos elementos curriculares e respetivas remunerações outros benefícios	X		X		33	
d)	Documentos de prestação de contas anuais e caso aplicável semestrais	X		X		33	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Pág. RGS	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
e)	Obrigações de serviço público a que a sociedade está sujeita e termos contratuais dessa prestação	X		X		33	
f)	Modelo de financiamento, subjacente aos apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos exercícios	X		X		34	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	X			X	34	Não aplicável
VII.	Remunerações						
A.	Competência para a Determinação						
1.	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X		X		35	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir conflitos de interesses	X			X	35	
3.	Evidência de que resulte inequívoco o cumprimento do art.º 51 do RJSPE, isto é que se abstenham de intervir em decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	X			X	35	
B.	Comissão de Fixação de Remunerações						
	Composição.	X			X	36	Não aplicável
C.	Estrutura das Remunerações						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		36	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X			X	36	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X		X		36	Não aplicável
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	X			X	36	Não aplicável
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	X			X	36	Não aplicável
6.	Regimes complementares de pensões.	X			X	36	Não aplicável
D.	Divulgação das Remunerações						
1.	Indicação do montante anual da remuneração	X		X		36	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Pág.	Observações
		Sim	Não	Sim	Não	RGS	
	auferida.						
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	X			X	36	Não aplicável
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X			X	36	Não aplicável
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	X			X	36	Não aplicável
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		21	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		12	
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	X		X		38	Não aplicável
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		38	Não aplicável
IX.	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		39	
2.	Políticas prosseguidas, com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e salvaguardar normas de qualidade	X		X		41	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: Responsabilidade social Responsabilidade ambiental Planos de igualdade entre homens e mulheres Responsabilidade económica.	X		X		41/45	
X.	Avaliação do Governo Societário						

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Pág.	Observações
		Sim	Não	Sim	Não	RGS	
1.	Cumprimento das Recomendações	X			X	46	
2.	Outras informações		X				
XI.	Anexos						
1.	Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2017		X		X		A SPLRF tem somente 5 trabalhadores, pelo que não é aplicável, de acordo com o art.º 66-B, do CSS.
2.	Certidão da ata da reunião da CL sobre a aprovação do RGS 2017	X				Anexo 1	
3.	Relatório e parecer do Fiscal Único	X				Anexo 2	
4.	Declarações a que se refere o artigo 52º do RJSPE	X				Anexo 3	
5.	Extrato da ata da reunião da AG com a aprovação do R&C e RGS 2016	X				Anexo 4	
6.	Práticas de boa governação societária – Grelha de validação	X				Anexo 5	